

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 453.635 - SP (2018/0137169-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CATARINA APARECIDA FERMIANO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. FURTO. DECLARADA EXTINTA A PUNIBILIDADE NOS AUTOS DO ARESP N.º 1.416.055/SP. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. *WRIT* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CATARINA APARECIDA FERMIANO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido nos autos da Apelação n.º 0027947-88.2014.8.26.0050.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou a Paciente às penas de 8 (oito) meses de reclusão e pagamento de 6 (seis) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 155, § 2.º, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Contra a sentença a Defesa interpôs apelação, que não foi provida (fls. 27-35).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 17-27).

Neste *writ*, a Defesa argumenta que estaria "*extinta a punibilidade de Catarina, pois decorrido o prazo prescricional entre a publicação da sentença condenatória e a presente data*" (fl. 6).

Requer, liminarmente, seja determinada a sustação de eventual ordem de prisão. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para "*afastar totalmente a decisão indigitada, de modo a reconhecer a extinção da punibilidade em relação à paciente*" (fl. 7).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 43-45).

As informações foram prestadas (fls. 51/52, 54-71, 80-142, 145-157 e 159-176).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls.

Superior Tribunal de Justiça

178-181).

É o relatório.

Decido.

Em 1º de abril de 2019, declarei extinta a punibilidade da Paciente, nos autos do AREsp n.º 1.416.055/SP. A referida decisão transitou em julgado em 30/04/2019.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

